



DIREITOS HUMANOS

Socorro sob as grades:
famílias denunciam
tortura, fome e sede em
presídios de Maceió



A GRANDE FAMÍLIA DO BOLSA FAMÍLIA

Em áudios que circulam nas redes sociais, o empresário Omar Almeida tenta explicar a presença da filha na lista de beneficiários do programa social

Pai de Marina Almeida confirma que filha
recebe Bolsa Família e usa argumentos
fajutos para justificar benefício



BOLSONARO PRESIDÁRIO



Advogados citam decisão que
permitiu ao ex-presidente cumprir
pena em casa, mas especialistas
avaliam que histórico de
descumprimento de medidas

Precedente de Collor
pesa no STF enquanto
defesa de Bolsonaro
pede prisão domiciliar

MAL ESTAR



Após o senador sugerir que
MDB estaria de portas abertas
ao prefeito de Maceió, Partido
Liberal divulga nota

Convite de Renan
a JHC esbarra na
realidade: PL garante
legenda e mantém
prefeito no jogo de 2026

CHEGOU A HORA



Evento marcado para sexta-
feira (20), em Maceió, deve
reunir prefeitos, vereadores,
deputados e representantes de
diversos municípios

Arthur Lira lança pré-
candidatura ao Senado em
ato político com lideranças
de todo o estado

FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/2026
Período até: 02/2026
UF: ALAGOAS
Município: MACEIÓ
Nome do beneficiário: MARIANA WANDERLEY DE ALMEIDA

Consultar

Limpar filtros

Consulta

Detalhar	Mês referência	UF	MUNICÍPIO	NIS	BENEFICIÁRIO	VALOR DISPONIBILIZADO (R\$)
	01/2026	AL	MACEIÓ	2.018.266.140-1	MARIANA WANDERLEY DE ALMEIDA	700,00

CAOS NA SAÚDE

Vereador Rogério Nezinho afirma que
cinco unidades hospitalares deixaram
de realizar partos durante gestões do
prefeito Luciano Barbosa

Fechamento de
maternidades em
Arapiraca vira
alvo de críticas na
Câmara Municipal



JOGOU A REAL

Parlamentar afirma que maternidades
e hospitais deixaram de funcionar ao
longo dos mandatos do atual prefeito
e questiona o debate sobre o tema em
período pré-eleitoral

Vereador aponta
contradição entre
discurso e histórico
de fechamentos



NECESSIDADE URGENTE

Vereador compara realidade de
Arapiraca com cidades menores
da região que ainda mantêm
atendimento obstétrico

Município com
mais de 230 mil
habitantes está
sem maternidade

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Critério ou cadastro

Programas de transferência de renda operam com uma lógica simples no papel e complexa na prática. O Bolsa Família, principal política social do país, depende de informações declaradas e cruzamento de dados para definir quem tem direito ao benefício. Quando um nome foge do perfil esperado, o debate deixa de ser técnico e passa a expor fragilidades do próprio sistema.

O caso envolvendo a filha de um empresário conhecido em Alagoas ganhou dimensão justamente por essa diferença entre imagem pública e enquadramento cadastral. Registros oficiais mostram que ela recebe o benefício desde 2022, com valores que já ultrapassam R\$ 30 mil. Antes disso, também esteve entre os contemplados pelo auxílio emergencial durante a

pandemia.

A repercussão aumentou com a circulação de áudios atribuídos ao pai da beneficiária. Nas gravações, a tentativa de explicação não passa por renda, documentação ou critérios legais. A justificativa se apoia em um argumento distante do funcionamento de qualquer política pública, ao relacionar o recebimento do benefício ao convívio social da filha.

O episódio chama atenção porque revela um descompasso entre a forma como o programa é estruturado e a percepção de parte da sociedade sobre seu funcionamento. O sistema considera dados objetivos, como renda familiar e composição do núcleo doméstico. Não há espaço para interpretações subjetivas ou avaliações externas sobre estilo de vida.

Também evidencia o papel central da autodeclaração no acesso ao benefício. Embora existam mecanismos de verificação, o volume de cadastros e a complexidade das informações dificultam o acompanhamento em tempo real. Isso cria brechas que, em determinados casos, só ganham visibilidade quando expostas fora dos canais institucionais.

No fim, a situação permanece registrada de maneira direta nos bancos de dados oficiais. O nome segue vinculado a um programa destinado a famílias em condição de vulnerabilidade. Entre o que aparece no cadastro e o que circula no debate público, o que prevalece é o critério formal. É nele que o sistema se sustenta, ainda que nem sempre consiga acompanhar todas as distorções que surgem pelo caminho.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Nota do PL sobre candidatura ao governo é minimizada no entorno de JHC

A nota do PL afirmando que o prefeito de Maceió, JHC, teria espaço apenas para disputar o governo não foi vista como determinante para sua decisão política.

Segundo gente influente do seu entorno em Maceió e em Brasília, onde ele desembarcou na segunda-feira (16), a nota não tem o nome do presidente nem a assinatura de Valdemar Costa Neto.

Portanto, como documento oficial, do ponto de vista político e administrativo, tem validade limitada. E, na prática, não traz novidade. A posição da legenda já circulava havia semanas no meio político e na imprensa.

Também reduziu seu impacto o fato de a nota ter sido encaminhada à imprensa local pela assessoria do deputado



federal Arthur Lira (PP-AL), pré-candidato ao Senado, e não pela comunicação nacional do PL.

Como disse uma fonte ontem neste espaço, “JHC faz tudo no seu tempo e não topa ser colocado contra a parede” (leia aqui). Ou seja, tem estatura política e votos para não aceitar imposições.

Outra fonte explicou que a

forma como a nota foi divulgada lhe dá discurso para sair do PL como vítima, responsabilizando Arthur por tentar impor-lhe uma candidatura em uma sigla ‘controlada’ pelo deputado.

Aguardemos que JHC fale por si.

EM TEMPO - A nota do PL também repercutiu entre aliados de JHC. O líder do prefeito na Câmara,

vereador Kelmann Vieira (MDB), comemorou o documento mesmo sem assinatura da cúpula nacional do partido.

Ele é defensor ferrenho e apostador na candidatura ao governo de Alagoas.

Mas, nas últimas semanas, estava silencioso, não publicava mais sobre o tema nem divulgava em suas redes sociais os “sinais” da candidatura majoritária.

Dizem até que, nos últimos dias, quando perguntado sobre a oficialização da pré-candidatura afirmava que “os sinais agora estão apagados”.

Com a nota, mudou de tom: “Bom, agora acho que eu estava certo. Ou vão dizer que a nota do PL Nacional também não é uma fonte segura?!”, publicou em sua conta no Instagram.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernando.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

DINHEIRO FÁCIL

Em áudios que circulam nas redes sociais, o empresário Omar Almeida tenta explicar a presença da filha na lista de beneficiários do programa social

Pai de Marina Almeida confirma que filha recebe Bolsa Família e usa argumentos fajutos para justificar benefício

Em meio ao discurso recorrente de combate às fraudes em programas sociais, um caso curioso ganhou repercussão nas redes sociais em Alagoas. Áudios atribuídos ao empresário do ramo da construção Omar Saldanha Malaquias de Almeida começaram a circular nesta semana e chamaram atenção pelo teor inusitado da justificativa apresentada: segundo ele, o fato de sua filha receber Bolsa Família estaria relacionado às “companhias” que ela mantém.

Nos trechos compartilhados, Omar afirma ter conversado sobre a situação da filha e sugere que o problema estaria no ambiente social ao redor dela. “Isso é companhia... companhia. Você se acompanha com gente que não presta... e só faz o que não presta”, diz o empresário em um dos áudios que se espalharam rapidamente por grupos e

redes sociais.

A declaração ganhou ainda mais repercussão porque envolve Mariana Wanderley de Almeida, herdeira de uma das famílias ligadas à Almeida Construções, empresa conhecida no setor da construção civil. Apesar da origem empresarial da família, o nome de Mariana aparece nos registros oficiais do governo federal como beneficiária de programas de transferência de renda.

Dados disponíveis no Portal da Transparência indicam que Mariana integra a lista de beneficiários do Bolsa Família desde 2022. Somando os repasses recebidos ao longo desse período, o valor já alcança R\$ 32.846,00, quantia destinada, em tese, a famílias classificadas em situação de pobreza ou extrema pobreza.

A relação da herdeira com programas sociais, contudo, começou antes. O nome dela aparece pela primeira vez em 2020, quando recebeu parcelas do Auxílio Emergencial, benefício criado durante a pandemia da covid-19 para socorrer trabalhadores informais e pessoas que perderam renda naquele período.

Na ocasião, a justificativa para o recebimento estava ligada à existência de um CNPJ em seu nome, indicando que Mariana é proprietária de uma microempresa voltada à venda de roupas e acessórios. O auxílio emergencial foi encerrado em outubro de 2021. Pouco tempo depois, em dezembro do mesmo ano, seu nome já figurava na base de beneficiários do Auxílio

Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família durante o governo de Jair Bolsonaro.

Com a reformulação do programa social em 2023, já no retorno do Bolsa Família, os valores pagos passaram por reajuste. Até então, Mariana recebia cerca de R\$ 300 mensais. Com as novas regras, o benefício subiu para R\$ 600, acrescido do Benefício Primeira Infância, que adiciona R\$ 150 por criança de até seis anos.

Com isso, o valor mensal destinado à herdeira passou a chegar a R\$ 900. Na prática, o sistema do governo federal considera que Mariana e suas duas filhas atendem aos critérios de renda estabelecidos para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

A situação chama atenção justamente pela discrepância entre o perfil social do programa e a origem familiar da beneficiária. Enquanto o Bolsa Família é direcionado a famílias em condição de pobreza extrema, o sobrenome Almeida aparece associado a uma construtora conhecida no estado.

Diante da repercussão, os áudios atribuídos a Omar Almeida acabaram adicionando uma camada quase surreal ao episódio. Em vez de discutir renda, critérios cadastrais ou eventuais inconsistências no sistema, a explicação apresentada gira em torno de algo mais subjetivo — as “más companhias”. Se confirmada a autenticidade das gravações, fica a dúvida: para o empresário, o problema estaria no cadastro social ou na roda de amizades.

Enquanto isso, nos registros oficiais do

governo federal, a situação continua simples e objetiva: Mariana Wanderley de Almeida permanece cadastrada como beneficiária de um programa destinado a famílias em situação de pobreza. E, pelo menos para o sistema, não são as companhias que definem a renda — são os números declarados.



DIREITOS HUMANOS

Estado nega irregularidades e afirma manter rigor na lei

Socorro sob as grades: famílias denunciam tortura, fome e sede em presídios de Maceió

O sistema prisional de Alagoas está sob os holofotes de uma grave denúncia humanitária. Relatos desesperadores obtidos pela nossa reportagem indicam um cenário de violência e abandono em unidades da capital, Maceió. Áudios enviados por internos e seus familiares detalham um cotidiano de agressões físicas e falta de itens fundamentais para a sobrevivência, como água e comida.

A crise teria se acentuado após a remoção recente de reeducandos. Em um registro contundente, um interno descreve a situação de precariedade:

“Mãe, olha, escute: não estou nada bem. Aqui não tem alimentação,

estamos todos passando fome. Aqui não tem água para tomar banho; para beber está uma pressão horrível”, relata o homem em tom de desespero.

Tortura e desamparo

O medo impera entre os parentes, que afirmam ter recebido confirmações de abusos através de visitas jurídicas. Segundo as denúncias, a chamada “Cela F” seria um dos pontos críticos. “Uma amiga minha, advogada, teve acesso à Cela F e o detento passou o recado de que eles estão apanhando e sofrendo tanto lá”, afirma uma testemunha que preferiu não se identificar por medo de retaliações ao seu familiar custodiado.

As famílias alegam ainda que a tentativa de buscar auxílio institucional na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não surtiu efeito imediato. Como forma de protesto, um movimento de familiares planeja o bloqueio de rodovias: “(Eles vão fazer protestos e fechar as rodovias em manifestação contra a situação de seus familiares)”, diz uma das mensagens.



A resposta da secretaria (Seris)

Em resposta emitida para a redação do A Notícia nesta quarta-feira (18), a Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) rebateu as acusações. A assessoria de comunicação da pasta afirmou que “a denúncia de que os presos estão passando fome e sendo torturados no sistema prisional de Alagoas não procede”.

A Secretaria defendeu a legalidade de suas operações, pontuando que as ações nas unidades visam garantir a ordem e a

segurança. “A Seris ressalta que o sistema prisional segue rigorosamente o que determina a Lei de Execução Penal (LEP), garantindo a integridade física e os direitos dos custodiados”, conclui o comunicado.

Enquanto o Estado nega as irregularidades, as famílias afirmam que as marcas da violência e a privação de direitos são visíveis, mantendo a convocação para atos públicos na capital alagoana.

CAOS NA SAÚDE

Vereador Rogério Nezinho afirma que cinco unidades hospitalares deixaram de realizar partos durante gestões do prefeito Luciano Barbosa

Fechamento de maternidades em Arapiraca vira alvo de críticas na Câmara Municipal

Durante discurso na tribuna da Câmara Municipal de Arapiraca, o vereador Rogério Nezinho criticou a situação da assistência às gestantes no município e responsabilizou as gestões do prefeito Luciano Barbosa pelo fechamento de maternidades e hospitais que realizavam partos na cidade.

A fala do parlamentar ocorreu após uma

declaração recente do prefeito sobre a importância de que crianças nasçam em Arapiraca. Ao iniciar o pronunciamento, Nezinho pediu atenção dos presentes e reproduziu trechos da fala do gestor.

“Não tem sentido uma pessoa sair de Arapiraca para a mãe ter o seu menino. Tem que nascer em Arapiraca”, afirmou Luciano Barbosa em declaração citada pelo vereador.

O parlamentar também mencionou outra fala atribuída ao prefeito: “Então, a gente precisa reestabelecer, porque é um serviço público! É o primeiro serviço público! O sujeito ter o direito de nascer”.



JOGOU A REAL

Parlamentar afirma que maternidades e hospitais deixaram de funcionar ao longo dos mandatos do atual prefeito e questiona o debate sobre o tema em período pré-eleitoral

Vereador aponta contradição entre discurso e histórico de fechamentos

A partir das declarações, Rogério Nezinho afirmou que existe uma contradição entre o discurso do prefeito e o histórico recente da rede de saúde local. Segundo ele, ao longo dos mandatos de Luciano Barbosa à frente da prefeitura, diversas maternidades deixaram de funcionar.

O vereador também observou que o tema da assistência obstétrica voltou ao debate público em um momento próximo ao período eleitoral, quando, segundo ele, o prefeito busca eleger dois filhos para

cargos políticos.

De acordo com Nezinho, ao menos cinco unidades hospitalares e maternidades encerraram atividades ao longo desse período. Entre elas estão o Hospital Pedro Albuquerque, fechado em 2008, durante o primeiro mandato de Luciano Barbosa; a Maternidade Santa Maria, em 2011, no segundo mandato; e o Hospital e Maternidade Afra Barbosa, que deixou de funcionar em 2021.

Durante o pronunciamento, o parlamentar também recordou que, em 17 de agosto de 2021, o vereador Dr. Fábio apresentou requerimento na Câmara Municipal solicitando apoio da Prefeitura para tentar viabilizar a continuidade da Maternidade Afra Barbosa.

O pedido incluía a liberação de alvará

da Vigilância Sanitária e a possibilidade de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Segundo Rogério Nezinho, no entanto, não houve avanço nas tratativas e a unidade acabou encerrando as atividades.

Outro caso citado foi o da Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, que fechou em 2022. Conforme relatado pelo vereador, a diretora da unidade, Iedinha Fernandes, encaminhou ofício informando que a maternidade encerraria as atividades em setembro daquele ano, apontando falta de apoio da Prefeitura e dificuldades decorrentes do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nezinho também mencionou o fechamento da maternidade do CHAMA,

em 2025, ressaltando que o município perdeu, ao longo dos anos, importantes estruturas voltadas ao atendimento obstétrico.



NECESSIDADE URGENTE

Vereador compara realidade de Arapiraca com cidades menores da região que ainda mantêm atendimento obstétrico

Município com mais de 230 mil habitantes está sem maternidade

Para o vereador, a situação se torna ainda mais preocupante diante do porte de Arapiraca. Ele destacou que o município possui mais de 230 mil habitantes e um orçamento superior a R\$ 1,4 bilhão, mas atualmente não conta com maternidade em funcionamento.

Durante o discurso, o parlamentar comparou a realidade da cidade com a de municípios menores da região que mantêm

atendimento obstétrico, citando Craibas, Girau do Ponciano, Traipu, Santana do Ipanema, Batalha, São José da Tapera, Delmiro Gouveia, Palmeira dos Índios, Maravilha e Olivença.

Ao final da fala, Rogério Nezinho afirmou que continuará exercendo o papel de fiscalizar e cobrar providências do poder público municipal em relação à saúde da população, especialmente no atendimento às gestantes.

“Arapiraca merece mais do que narrativas. Arapiraca merece respeito, compromisso e soluções reais para a saúde da população”, concluiu o vereador.



MAL ESTAR

Após o senador sugerir que MDB estaria de portas abertas ao prefeito de Maceió, Partido Liberal divulga nota

Convite de Renan a JHC esbarra na realidade: PL garante legenda e mantém prefeito no jogo de 2026

A tentativa do senador Renan Calheiros (MDB) de sinalizar abrigo político ao prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC), acabou esbarrando em um obstáculo direto: o próprio partido do prefeito. Em nota divulgada nesta segunda-feira, o Partido Liberal (PL) assegurou que JHC terá legenda garantida para disputar o Governo de Alagoas em 2026, afastando a hipótese de que o gestor da capital precise buscar abrigo em outra sigla.

A movimentação ocorreu após declaração de Renan, feita na segunda-feira (16), durante a entrega de máquinas agrícolas a prefeituras alagoanas na sede da Embrapa, em Maceió. Na ocasião, o senador criticou o deputado federal Arthur Lira (PP) e afirmou que o MDB estaria aberto para receber JHC caso ele enfrentasse dificuldades dentro do PL.

“Se o prefeito da capital tiver dificuldade de arranjar um partido, ele está convidado, ele, toda a sua equipe, todos os vereadores, para integrar o

MDB”, declarou o parlamentar.

Renan também afirmou que Lira teria histórico de interferência em outras legendas durante processos eleitorais. Segundo ele, situações semelhantes teriam ocorrido em partidos como Podemos, Solidariedade, PSDB e União Brasil em eleições anteriores.

A resposta do PL veio em forma de nota oficial divulgada em Brasília. No documento, o partido afirma que a candidatura de JHC ao Governo de Alagoas já está inserida na estratégia nacional da legenda para as eleições de 2026.

De acordo com o comunicado, o projeto inclui o fortalecimento do palanque nordestino do senador Flávio Bolsonaro (PL), apontado como pré-candidato à Presidência da República.

“A decisão faz parte de uma articulação para fortalecer o palanque nordestino de Flávio Bolsonaro, além de ampliar a presença política do partido na região”, diz trecho da nota.

A sigla também avalia que Alagoas reúne condições para a construção de um projeto competitivo, com apoio político distribuído pelos 102 municípios do estado. Segundo o partido, a estratégia busca abrir espaço para romper o que classifica como hegemonia política da centro-esquerda em Alagoas.

Com a manifestação oficial do PL, o gesto de Renan Calheiros passa a ser interpretado mais como um movimento político no tabuleiro eleitoral do que como uma possibilidade concreta de mudança partidária por parte do prefeito de Maceió.



CHEGOU A HORA

Evento marcado para sexta-feira (20), em Maceió, deve reunir prefeitos, vereadores, deputados e representantes de diversos municípios

Arthur Lira lança pré-candidatura ao Senado em ato político com lideranças de todo o estado

O deputado federal Arthur Lira (PP) realiza nesta sexta-feira (20), em Maceió, o ato de lançamento de sua pré-candidatura ao Senado Federal nas eleições de 2026. O encontro está marcado para as 9h, no Hotel Ritz Lagoa da Anta, localizado no bairro Cruz das Almas.

A organização do evento prevê a participação de lideranças políticas de diversas regiões de Alagoas. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, além de secretários municipais, empresários e representantes de movimentos comunitários devem comparecer ao ato.

De acordo com a mobilização feita por aliados do parlamentar, caravanas de diferentes municípios foram organizadas para participar do encontro, que busca reunir representantes políticos de todo o estado.

O lançamento da pré-candidatura marca o início da articulação política em torno da disputa por uma das vagas de Alagoas no Senado Federal em 2026. Lira, que atualmente exerce mandato na Câmara dos Deputados, tem ampliado conversas com lideranças partidárias e gestores municipais em preparação para o pleito.

A expectativa dos organizadores é que o evento sirva como espaço para demonstrar o apoio político reunido em torno do projeto eleitoral do deputado e para apresentar as primeiras diretrizes de sua pré-campanha.

Serviço

Evento: Lançamento da pré-candidatura

ao Senado de Arthur Lira (PP)
Local: Hotel Ritz Lagoa da Anta
Endereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 546 — Cruz das Almas, Maceió
(AL)
Data: sexta-feira, 20 de março
Horário: 9h da manhã



BOLSONARO PRESIDÁRIO

Advogados citam decisão que permitiu ao ex-presidente cumprir pena em casa, mas especialistas avaliam que histórico de descumprimento de medidas

Precedente de Collor pesa no STF enquanto defesa de Bolsonaro pede prisão domiciliar

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou o ex-presidente Fernando Collor a cumprir pena em prisão domiciliar voltou ao centro do debate jurídico após o pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para que ele também passe ao regime domiciliar por razões de saúde.

A solicitação foi encaminhada ao ministro Alexandre de Moraes, relator do processo contra Bolsonaro no STF. Internado com pneumonia bacteriana no hospital DF Star, em Brasília, o ex-presidente apresentou melhora após deixar a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas ainda não há previsão de alta hospitalar.

Advogados ouvidos pela revista IstoÉ consideram que o estado de saúde de Bolsonaro pode justificar a concessão da prisão domiciliar por razões humanitárias. Ao mesmo tempo, destacam que o histórico recente de descumprimento de medidas cautelares pode influenciar na decisão da Corte.

Bolsonaro enfrenta problemas de saúde desde que sofreu um atentado a faca durante a campanha

eleitoral de 2018, em Juiz de Fora (MG), tendo passado por diversas cirurgias e atendimentos médicos. Ele chegou a cumprir prisão domiciliar após ser condenado a 27 anos e três meses de reclusão por tentativa de golpe de Estado, mas teve o regime alterado após tentar romper a própria tornozzeira eletrônica.

O caso de Fernando Collor é citado como precedente por aliados e advogados do ex-presidente. Em maio de 2025, Alexandre de Moraes autorizou que Collor cumprisse em casa a pena de oito anos e dez meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro, condenação decorrente da Operação Lava Jato.

Na ocasião, a defesa de Collor argumentou que o ex-presidente apresentava problemas de saúde e idade avançada, incluindo diagnóstico de Parkinson, apneia do sono grave e transtorno bipolar. O pedido foi acolhido pelo ministro.

Para o advogado e especialista em direito público Arthur Rollo, a situação de Bolsonaro pode permitir uma solução semelhante, ao menos temporariamente, até que o ex-presidente se recupere



cl clinicamente. Ele afirma que o uso de tornozzeira eletrônica e vigilância policial permanente poderia garantir o cumprimento da pena.

Outros especialistas, no entanto, avaliam que a situação jurídica de Bolsonaro é distinta. O advogado Antônio Carlos Geraldês Neto destaca que a prisão domiciliar exige confiança do Judiciário no cumprimento das medidas impostas, o que poderia ser questionado

diante de episódios anteriores de descumprimento de determinações judiciais.

Juristas também ressaltam que, caso seja concedida, a prisão domiciliar teria caráter excepcional e provisório, baseada em critérios médicos e humanitários, não configurando progressão de regime penal. A decisão final caberá ao ministro Alexandre de Moraes, após análise das condições clínicas e processuais do caso.

ACORDO

Presidente da ALE lembra acordo firmado em 2022 e sinaliza que o senador é o nome esperado pelo grupo para a disputa estadual

Marcelo Victor reforça pressão para que Renan Filho dispute o governo de Alagoas em 2026

Nos bastidores da política alagoana, o presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, Marcelo Victor, teria enviado um recado direto ao senador e ministro dos Transportes, Renan Filho: a expectativa do grupo político é que ele seja o candidato ao Governo de Alagoas nas eleições de 2026. As informações são do jornalista Ricardo Mota.



A sinalização ocorre em meio às articulações internas do grupo governista e reforça a tese de que Renan Filho é o nome considerado natural para a disputa ao Palácio República dos Palmares. Segundo interlocutores, o entendimento teria sido firmado ainda em 2022 entre Renan Filho, Marcelo Victor e o atual governador, Paulo Dantas.

De acordo com aliados, o compromisso político estabelecido à época previa a manutenção da aliança no estado, com Renan Filho retornando à disputa pelo governo no próximo ciclo eleitoral.

Nos bastidores, a mensagem interpretada a partir de gestos recentes de Marcelo Victor indica que o ministro não teria espaço para recuar do projeto eleitoral, mesmo diante de novas composições políticas discutidas em Brasília.

O debate ocorre em um cenário de intensas movimentações para 2026, que também envolvem a possível candidatura do prefeito de Maceió, JHC, ao governo estadual. Apesar das especulações sobre diferentes cenários eleitorais, integrantes do grupo governista afirmam que o plano original permanece em vigor.

Enquanto as articulações continuam, o posicionamento de lideranças locais sinaliza que a definição sobre a candidatura ao governo deve se tornar um dos principais pontos de tensão e negociação no campo político de Alagoas nos próximos meses.

ESCÂNDALO DO MASTER

Material enviado pelo TCU à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado reúne registros sobre decisões do BC

Calheiros anuncia divulgação de documentos sobre atuação do Banco Central no caso Banco Master

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que pretende tornar públicos, nesta quarta-feira (18), documentos recebidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado relacionados ao caso do Banco Master. O material foi encaminhado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na última segunda-feira (16), com a recomendação de que os dados fossem mantidos sob sigilo e acessados apenas mediante critérios rigorosos.

Segundo o senador, a intenção é divulgar os documentos preservando apenas as informações

protegidas por lei, como dados bancários, fiscais e telemáticos. A documentação reúne registros sobre a atuação do Banco Central do Brasil ao longo do processo de criação, crescimento e posterior liquidação do Banco Master.

Entre os arquivos enviados ao Senado estariam relatórios de reuniões da diretoria do Banco Central e registros de votos de diretores em diferentes momentos. A expectativa é que o conjunto de documentos permita reconstruir uma cronologia das decisões tomadas pela autoridade monetária relacionadas ao

funcionamento da instituição financeira.

O material também pode incluir discussões sobre a autorização para que o Banco Master passasse a operar no mercado de crédito consignado, modalidade que posteriormente passou a ser alvo de investigações por suspeitas de irregularidades envolvendo aposentados do INSS.

Após a posse do atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a instituição iniciou apurações internas sobre o caso e afastou dois funcionários. Um deles foi o ex-diretor Otávio Ribeiro Damaso,

que atualmente atua como consultor em assuntos regulatórios e de gestão de riscos no Nubank. O ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também ocupa cargo na mesma instituição financeira.

A documentação estava sob análise do TCU, que decidiu investigar a atuação do Banco Central no episódio envolvendo o Banco Master. O caso é apurado em meio a questionamentos sobre possíveis falhas regulatórias e de fiscalização que teriam permitido a expansão da instituição antes de sua liquidação.

INFRAESTRUTURA

Presidente da Câmara destacou o papel do Legislativo no atendimento das demandas da população pela Prefeitura

Vereador Chico Filho repercute entrega de pavimentação de 114 ruas na Santa Lúcia

O bairro da Santa Lúcia passa por uma transformação social, com melhorias na infraestrutura e mobilidade. A construção de uma ponte que dá acesso ao conjunto Cambuci e a pavimentação de 114 ruas eram demandas

antigas da população, levadas à Prefeitura por meio da Câmara de Maceió.

O vereador Chico Filho - que preside o Legislativo - repercutiu na sessão ordinária dessa terça-feira (18) as ações realizadas pelo Município e destacou a importância do trabalho dos vereadores, quando visitam as comunidades, dialogam com os moradores

sobre as necessidades da região e fazem as indicações e sugestões ao Poder Executivo.

“Nós estivemos lá na Santa Lúcia durante a transição de governo, e eu falava sobre os projetos para a Santa Lúcia. O prefeito JHC escutou e hoje faz as entregas. A transformação social chegou ao bairro e hoje vivemos outros momentos. O olhar de

esperança dos moradores está sendo resgatado, dia após dia, fruto do trabalho da Câmara e da Prefeitura. Por isso quero agradecer de público ao prefeito e ao vice-prefeito, Rodrigo Cunha”, declarou.

Chico Filho também lembrou que o bairro vai ganhar em breve a Linha Verde, uma via que conecta as avenidas Menino Marcelo e Durval de Góes, o que deve gerar uma valorização imobiliária, trazendo mais um ganho para a população local.

“Ali não existia casa, mas hoje a cidade está chegando em Rio Largo. Com a Linha Verde, vai haver uma explosão populacional, e tem muitas áreas que podem ter construções populares. Espero que em breve, a Prefeitura também possa fazer lá uma unidade do Gigantinhos e uma Areninha. Apontamos um terreno adequado para isso e o prefeito ouviu, acredito que foi plantada uma sementinha”, afirmou.



REIVINDICAÇÃO

David Empregos disse que a empresa BRK vem destinando esgoto bruto em direção ao mar na Praia da Avenida

Vereador cobra punições à BRK e responsabilidade do IMA por danos ao meio ambiente

O rompimento da tubulação de esgotamento

sanitário no bairro de Jaraguá, de responsabilidade da BRK Ambiental, continua

repercutindo na Câmara Municipal. O assunto voltou à pauta durante a sessão desta quarta-feira (18), com diversas cobranças feitas pelo vereador David Empregos.

O parlamentar voltou a cobrar um posicionamento da empresa devido aos transtornos causados à população desde a última terça-feira (17), nos bairros de Jaraguá, Centro, Poço e Farol, com diversos engarrafamentos de veículos. O vereador lembrou, ainda, que o esgoto ainda correu para o mar da Praia da Avenida.

“O rompimento desta tubulação de esgotamento sanitário deixou uma cratera na Avenida da Paz, em Jaraguá, e até o presente momento, a BRK não emitiu uma nota, ou qualquer posicionamento. É preciso destacar que há muitos anos não havia uma manutenção necessária nesta tubulação, e hoje o prejuízo

está sendo da população. E, ressalte-se, que o rompimento desta tubulação não tem nada a ver com máquina ou as obras do Renasce Salgadinho [Programa da Prefeitura de Maceió], que está sendo tocada do outro lado da via”, justifica o vereador.

Para David Empregos, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL), também precisa ser cobrado para fiscalizar a empresa BRK por destinar esgoto bruto no mar.

“Não vimos o IMA-AL cobrar da BRK ou solicitar um estudo sobre o impacto ambiental com esse rompimento da tubulação de esgotamento sanitário. Um carro do IMA-AL não estava na região. Por falta de manutenção, por diversas falhas que tivemos acesso [fotos e vídeos], o esgoto bruto está sendo destinado no mar da Praia da Avenida”, critica.

Por fim, o parlamentar voltou a defender que a BRK Ambiental seja punida por todo o transtorno causado à população e ao meio ambiente nos últimos dias em Maceió. Agricultura Familiar, Ronaldo Targino.



SEGURANÇA

Novo prédio fica localizado no Largo Dom Fernando Gomes, nº 98, no Centro da cidade

Casa de Direitos de Arapiraca passa a funcionar em novo endereço a partir de segunda-feira (23)

A Casa de Direitos de Arapiraca passará a funcionar em novo endereço, no Centro da cidade, para ampliar o acesso da população do Agreste aos serviços de promoção da cidadania e garantia de direitos. A partir desta segunda-feira (23), o equipamento da Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) atenderá no Largo Dom Fernando Gomes, nº 98, próximo à Igreja Matriz.

Neste primeiro momento, o novo espaço dará continuidade a alguns serviços essenciais, como entrega e agendamento para emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), e os serviços realizados por meio do Ponto de Atendimento Virtual (PAV) da Receita Federal, que incluem consulta de pendências fiscais, regularização de CPF, consulta de restituição do Imposto de Renda, formalização e



baixa de MEI, emissão de boletos, cópias de processos, consulta da situação fiscal de imóvel rural, entre outros.

Também estão disponíveis os serviços do Núcleo de Atendimento ao Trabalhador (NAT), que facilita a criação e a recuperação da conta GOV, entre outros atendimentos relacionados ao sistema.

O Núcleo da Defensoria Pública continua disponibilizando consulta processual, enquanto o Núcleo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (NAMVV) segue acolhendo as mulheres assistidas

e disponibilizando acompanhamento psicoterapêutico.

Para a reestruturação do novo local, todos os serviços serão suspensos no dia 20 de março, próxima sexta-feira. Os atendimentos serão retomados na segunda-feira (23) e a previsão é de que, após o processo de reestruturação, o equipamento retome suas atividades normais com o leque completo de serviços.

De acordo com o coordenador da Casa de Direitos de Arapiraca, Ronaldo Cavalcante, a mudança visa fortalecer a prestação de

serviços à população.

“A Seprev tem trabalhado para ampliar a rede de atendimento e garantir mais acessibilidade aos serviços públicos oferecidos pelo Estado. A mudança para este novo prédio, localizado no Centro da cidade, vai proporcionar mais mobilidade para os usuários, já que estamos em uma região central, tendo como ponto de referência a Igreja Matriz, o que facilita bastante o acesso de toda a população do Agreste”, destacou o coordenador.

Rede Acolhe

A Rede Acolhe, programa do Governo do Estado voltado ao tratamento gratuito e voluntário para pessoas com dependência química, funcionará temporariamente no novo prédio da Casa de Direitos de Arapiraca, no Centro da cidade.

A medida visa garantir a continuidade do atendimento durante o período de reestruturação, além de ampliar o acesso da população aos serviços de acolhimento em um espaço mais central e acessível.

EDUCAÇÃO

Estado convoca escolas para atuarem como novos polos do programa “Vem que Dá Tempo”

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) iniciou uma nova etapa de expansão do programa Escola 10 – Vem que Dá Tempo (VQDT). O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado e convoca escolas da rede pública estadual a apresentarem propostas para atuarem como polos da iniciativa.

O programa tem como objetivo fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ampliando o acesso de pessoas que interromperam os estudos e desejam retomar a trajetória escolar. A proposta busca oferecer

condições para validação de competências do ensino fundamental e avanço para o ensino médio.

Voltado para maiores de 18 anos, o VQDT atua na correção do fluxo escolar e na reinserção educacional. A iniciativa é direcionada a estudantes que já possuem

conhecimentos prévios, diferentemente de programas focados na alfabetização inicial.

Segundo a Seduc, a proposta é garantir uma alternativa estruturada para que esse público consiga concluir a educação básica. O programa também busca estimular a continuidade dos estudos, ampliando



Com edital publicado no Diário Oficial, Seduc busca selecionar unidades de ensino para fortalecer a EJA em Alagoas

perspectivas educacionais e profissionais.

As escolas interessadas devem seguir critérios estabelecidos em edital, incluindo requisitos de infraestrutura e apresentação de plano de trabalho. As propostas serão analisadas tecnicamente antes da seleção das unidades que atuarão como polos.

A expansão faz parte do planejamento estratégico da secretaria para 2026, com foco na ampliação da EJA e na redução das distorções educacionais. A expectativa é aumentar o número de estudantes certificados e contribuir para melhores oportunidades de inserção social e no mercado de trabalho.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ídolo do São Paulo abre as portas de projeto social em sua terra natal com foco em jovens carentes

Aloísio Chulapa inaugura instituto em Atalaia para formar cidadãos

O homem do “danone” mostrou que tem o coração maior que a grande área. Aloísio Chulapa, um dos personagens mais carismáticos do nosso futebol, inaugurou nesta semana o Instituto Aloísio Chulapa, em Atalaia, Alagoas. O foco não

é apenas achar um novo camisa 9, mas garantir que a garotada da região tenha o suporte que ele mesmo não teve no início da carreira. Chulapa, que cansou de dar assistência para o Rogério Ceni e erguer caneco mundial, agora joga em outra posição. Durante o evento de inauguração, o ex-atacante se emocionou ao falar que o objetivo principal é evitar que os jovens passem pelas dificuldades e privações que

ele enfrentou antes de estourar no CRB e ganhar o mundo. É o famoso “passe açucarado” para o futuro da molecada. O projeto vai oferecer atividades esportivas e educacionais, funcionando como um porto seguro para crianças em situação de vulnerabilidade. Chulapa sabe que a bola é o caminho mais rápido para a ascensão social, mas que a educação é a base para não “dar canelada” na vida. O instituto já nasce com o peso de um título importante para a comunidade local. Mesmo com toda a irreverência que o consagrou, Aloísio falou sério sobre o impacto social da iniciativa. Para ele, ver a alegria no rosto dos pequenos de Atalaia vale mais que qualquer premiação de artilheiro. É o retorno às origens de um jogador que nunca esqueceu de onde veio, mantendo a humildade de quem sabe o valor de uma oportunidade. O Instituto Aloísio Chulapa começa a operar com total apoio da cidade e promete ser uma fábrica de sonhos. Se vai sair algum craque de lá, só o tempo dirá, mas o primeiro gol já foi marcado: o da dignidade. Parabéns ao Chula, que segue mostrando que, dentro ou fora de campo, ele sabe muito bem como balançar a rede do bem.



Emocionado, Aloísio Chulapa lembrou as dificuldades que enfrentou na infância — Foto: Denison Roma/Ge



POLÊMICA NO FEMININO

Atleta se defende de denúncia ocorrida em partida oficial e afirma que o episódio “simplesmente não aconteceu”

Gio Garbelini quebra o silêncio e nega acusação de racismo

O clima esquentou no futebol feminino e não foi por causa de bola na rede. A jogadora Gio Garbelini veio a público para negar veementemente as acusações de racismo que surgiram contra ela

recentemente. Em um tom firme, a atleta declarou que as falas atribuídas a ela não existiram e que sua consciência está limpa diante do turbilhão que se formou. No futebol, o racismo é uma chaga que a gente luta para expulsar de campo todo santo dia. Por isso, quando surge uma acusação dessas, o impacto é de um cartão vermelho direto. Gio, porém, sustenta que houve

um mal-entendido ou uma interpretação equivocada dos fatos durante o calor do jogo, reforçando que sua trajetória sempre foi pautada pelo respeito. A atleta destacou que é defensora da igualdade e que jamais usaria termos discriminatórios contra uma colega de profissão. “Simplesmente não aconteceu”, reiterou Garbelini, tentando desarmar a jogada ofensiva que tem atingido sua imagem e sua carreira nas últimas semanas. A defesa da jogadora já está trabalhando para esclarecer os fatos perante as autoridades esportivas. Enquanto a investigação segue o rito oficial, o caso divide opiniões nas redes sociais e nos bastidores dos clubes. O episódio serve para ligar o alerta sobre a necessidade de provas contundentes e, ao mesmo tempo, da urgência em manter o ambiente do futebol feminino como um espaço de acolhimento e luta contra qualquer tipo de preconceito. Gio Garbelini agora espera o desenrolar do processo para “limpar o lance” e focar apenas no que sabe fazer dentro das quatro linhas. Até lá, a discussão sobre o comportamento em campo e a ética desportiva continua em alta, lembrando que no jogo da vida, o respeito é a regra número um e não admite interpretação dúbia.



A goleira Noelia Ramos, do Tenerife, comunicou à arbitragem que Gio havia chamado sua companheira de equipe Fatou Dembele de “negra”.



CASO ELIZA SAMUDIO



Magistrado indefere pedido da defesa e mantém ex-atleta preso ao cumprimento rigoroso das regras atuais

Justiça nega condicional e goleiro Bruno segue sob regime de restrições

O extracampo do goleiro Bruno continua sendo o seu maior adversário. Em decisão recente, a Justiça barrou o pedido de liberdade condicional protocolado pela defesa do ex-jogador. O entendimento do judiciário é que ainda não há elementos suficientes para conceder o benefício pleno, mantendo o atleta sob as amarras do regime que já cumpre atualmente.

No mundo da bola, a gente sabe que um erro de posicionamento custa caro, mas aqui o buraco é bem mais embaixo. Bruno, que marcou

época no Flamengo, tenta há tempos uma flexibilização que o permita retomar a vida sem as obrigações de comparecimento periódico e as limitações de horário. Contudo, o “juiz da causa” não quis saber de conversa fiada e apitou o rigor da lei.

A defesa do ex-goleiro bateu na tecla de que ele já cumpriu boa parte da pena e apresenta bom comportamento. Mas, para o Ministério Público e para o juiz responsável, o crime — que chocou o país há mais de uma década — exige que cada etapa da ressocialização seja cumprida sem atalhos. Não tem VAR que mude essa decisão no momento.

O reflexo disso no cotidiano de Bruno é imediato. Sem a condicional, ele continua precisando dar satisfações constantes ao juízo e fica limitado para exercer atividades profissionais que demandem viagens longas ou horários alternativos. Para quem já esteve no topo da pirâmide do futebol brasileiro, o presente é um eterno jogo de defesa contra o próprio passado.

Vale lembrar que o ex-atleta tenta, entre idas e vindas, se manter ligado ao futebol, seja em clubes de divisões menores ou em projetos pontuais. Mas a opinião pública e o rigor jurídico formam uma retranca difícil de furar.

A cada tentativa de “subir ao ataque” juridicamente, Bruno acaba encontrando as portas fechadas por conta da gravidade dos fatos de 2010.

Por ora, o cenário não muda. Bruno terá que seguir o plano de jogo determinado pela execução penal, sem o “passe livre” que a condicional proporcionaria. A decisão serve como um lembrete de que, fora das quatro linhas, as faltas graves não se resolvem apenas com o tempo, mas com o cumprimento integral e rigoroso do que foi determinado no tribunal.

REAÇÃO

O Corinthians tenta reorganizar o elenco após uma sequência recente de resultados irregulares na temporada. A diretoria promoveu mudanças no grupo e reforçou setores considerados carentes, buscando maior equilíbrio competitivo. Chegadas como Gabriel Paulista e Matheus Pereira se somam a nomes já consolidados no time. Ao mesmo tempo, o clube também liberou atletas para aliviar a folha e ajustar o planejamento. A aposta é em um elenco mais enxuto e competitivo para reagir nas competições ao longo de 2026.



CONTRATO

A decisão de Alex “Poatan” Pereira de negociar um novo contrato com o UFC ganhou respaldo de nomes importantes da organização. Um ex-campeão da liga afirmou que o brasileiro deve buscar valorização após sequência de lutas de alto nível. O lutador se tornou um dos principais nomes do evento, o que aumenta seu poder de negociação. A movimentação ocorre em meio a debates sobre ganhos e reconhecimento financeiro dentro do esporte. A expectativa é de que o novo acordo coloque Poatan entre os atletas mais bem pagos da organização.

COMBUSTÍVEL

A Fórmula 1 avança em um projeto que pode transformar o futuro dos combustíveis utilizados no automobilismo e fora dele. A categoria trabalha no desenvolvimento de uma gasolina sintética produzida sem uso de petróleo e com base em resíduos. A proposta é reduzir drasticamente as emissões de carbono e tornar a tecnologia aplicável em carros comuns. A inovação está prevista para ser adotada nos próximos anos dentro da própria F1. O movimento reforça a busca da categoria por soluções sustentáveis sem abrir mão do desempenho.

IMPASSE

A seleção de Senegal se recusou a devolver o troféu da Copa Africana após perder o título, gerando um impasse institucional. A federação do país contesta decisões tomadas após a final e ameaça levar o caso à Justiça. A situação criou um clima de tensão nos bastidores do futebol africano. Dirigentes defendem que houve inconsistências no processo que definiu o campeão. O episódio deve se prolongar fora de campo, com possíveis desdobramentos legais nos próximos meses.



SELEÇÃO BRASILEIRA

Técnico italiano opta por preservar o craque e foca em renovação para os próximos compromissos internacionais



Neymar fica fora da primeira lista de Ancelotti para a Amarelinha

A era Carlo Ancelotti na Seleção Brasileira começou com um barulho ensurdecedor, e não foi pelos gols. O “Professor” divulgou sua primeira convocação e o nome de Neymar Jr. Ficou de fora. A ausência do principal jogador brasileiro da última década na lista do técnico italiano sinaliza que o ciclo para a próxima Copa terá critérios rígidos de condição física e momento técnico.

Para quem esperava o camisa 10 como o pilar central imediato, o balde de água fria

foi forte. Ancelotti, que conhece Neymar dos gramados europeus, optou por não chamar o craque neste momento, priorizando atletas que estão em pleno ritmo de competição e talvez testando novas dinâmicas táticas sem a “Neydependência” que tanto marcou os últimos anos.

No jargão da bola, parece que o Ancelotti quis dar uma “poupada” no craque para observar a garotada que está pedindo passagem. Com nomes como Vinícius Jr. E Rodrygo voando, o treinador sente que tem margem para deixar o “Menino Ney” se recuperar totalmente e focar no seu clube, antes de retomar

o posto de protagonista na Seleção.

A exclusão, porém, levanta debates: seria o início de uma transição definitiva ou apenas um descanso estratégico? O staff de Ancelotti prega cautela, mas a mensagem é clara: ninguém tem cadeira cativa na Granja Comary. O comandante quer intensidade e parece disposto a rodar o elenco para encontrar o equilíbrio que faltou nos últimos mundiais.

A torcida, claro, fica dividida. Há quem defenda que a Seleção precisa aprender a jogar sem o seu principal talento para não ficar refém de um único estilo. Por outro lado,

os “neymarzistas” garantem que o time perde o brilho e a capacidade de improviso que só o camisa 10 oferece em um drible curto ou numa falta na entrada da área.

O fato é que o “Don Carlo” chamou a responsabilidade para si. Ao deixar Neymar de fora, ele assume o risco e mostra que o projeto é de longo prazo. Agora, o Brasil vai para campo para provar que o coletivo pode suprir a ausência da genialidade individual. A bola está com o Ancelotti, e o jogo mal começou.